

Ilustríssimo Senhor JHONATAN SILVA SANTOS Presidente da CPL da FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA.

Ref.: Processo Administrativo n.º SEI-260005/000037/2021, EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2021

ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, situada na Rua Antenor Tavares, n.º 20, cidade Macaé, Estado Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.150.998/0001-92, por intermédio do seu representante legal infra-assinado devidamente credenciado nos autos deste processo, tempestivamente, vem à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor;

Construções & Serviços

RECURSO DA HABILITAÇÃO

Contra resultado da Habilitação no referido processo que julgou a RECORRENTE Inabilitada.

Onde inexistem pressupostos que justifiquem a decisão neste sentido, conforme demonstraremos a seguir;



1 – DOS FATOS

Acudindo ao chamamento desta Fundação para o certame licitatório em epígrafe, a empresa ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, dele veio a participar.

O presente processo trata de CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo MENOR PREÇO POR LOTE e regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.06, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, com redação alterada pelo Decreto n.º 45.633, de 15.04.16, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital

Onde na fase de HABILITAÇÃO declarou a RECORRENTE INABILITADA.

2 – DA TEMPESTIVIDADE

O resultado do julgamento da Habilitação no referido processo foi divulgado pela CPL em sessão realizada no dia 28 de MAIO de 2021, conforme consignado em ATA, sendo aberto o prazo Legal de cinco dias úteis para apresentação dos recursos e em seguida mais cinco dias uteis para apresentação das contrarrazões, conforme o item 16. do referido Edital, portanto devendo ser considerado Tempestivo o RECURSO em tela.

3 – DA MOTIVAÇÃO

Sustenta esta mui digna comissão como motivo para a INABILITAÇÃO da RECORRENTE o descumprimento do seguinte:

“apresenta o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação, em consulta a situação contábil junto ao sistema público de escrituração digital (SPED CONTÁBIL) obtivemos a seguinte resposta “A escrituração foi substituída, e não está mais ativa na base de dados do SPED””

“Apresenta capital social abaixo da exigência abaixo da exigência contida no item 6.5.4 “Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação”, apresenta o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação, em consulta a situação contábil junto ao sistema público de escrituração digital (SPED CONTÁBIL) obtivemos a seguinte resposta “A escrituração foi substituída, e não está mais ativa na base de dados do SPED”

Em relação a “o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação”, informamos que junto a documentação apresentada na folha de número 24, está o Recibo de Entrega De Escrituração Contábil Digital do dia 07/05/2021 que traz em seu teor o seguinte texto:

“Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.”(grifo nosso)

Percebe-se, que de maneira alguma pode ser alegado a falta de autenticação do termo de abertura e encerramento apresentado na documentação na folha de número 25.

Apesar de ser matéria meramente formal, precisamos entender de onde vem tal exigência do edital, temos no item 6.5.2. o seguinte:

“6.5.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. ...”

Com isso podemos verificar que a documentação foi devidamente apresentada na forma da lei. Ainda cabe frisar que o real sentido de tal exigência encontrada no mesmo item do Edital é:

“6.5.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, ... **Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:**

a) Índice de Liquidez Geral: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO > OU = 1

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

b) Índice de Liquidez Corrente: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1$$

PASSIVO CIRCULANTE

c) Índice de Endividamento: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} \leq 1$$

ATIVO TOTAL

Conforme documento apresentado na folha de número 28 da documentação, percebe-se o total atendimento ao critério exigido no item atacado do edital em epígrafe.

Em relação a ***“em consulta a situação contábil junto ao sistema público de escrituração digital (SPED CONTÁBIL) obtivemos a seguinte resposta “A escrituração foi substituída, e não está mais ativa na base de dados do SPED”***

Primeiro cabe frisar que a consulta ao sistema SPED em relação a autenticidade da documentação apresentada informa apenas se houve o registro. Lembramos que a data marcada para abertura desta Licitação foi o dia 10/05/2021, portanto sendo esta data como critério para auferir validade de qualquer documento apresentado.

Ocorre que no dia 16/05/2021 a contabilidade da RECORRENTE promoveu novo envio de escrituração retificadora, conforme documentação em anexo, sendo certo que a documentação apresentada no dia 10/05/2021 estava em vigor devendo esta ser considerada autêntica, e ainda assim na hipótese de persistir qualquer dúvida, tem o dever esta comissão de ser diligente conforme item 17.10. do edital:

17.10 É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Notem que no caso a diligência seria apenas no sentido de confirmar o ocorrido, uma vez que seria impossível apresentar documento transmitido a posterior da data de abertura do certame.

Em relação a: **“Apresenta capital social abaixo da exigência abaixo da exigência contida no item 6.5.4 “Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação””**

Informamos que nos documentos de habilitação na folha de número 5, referente ao Contrato Social em vigor em 10/05/2021, conta com capital social integralizado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil Reais).

Sendo certo que ainda na fase de HABILITAÇÃO ou CREDENCIAMENTO não pode esta mui digna comissão definir para quais lotes foram apresentadas propostas. Uma vez que a o Edital em epígrafe no item 4. e em especial no item 4.2.1. nos trazem o seguinte:

4 - TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 A presente licitação é do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**

4.2 Os preços máximos admitidos pela FAETEC **para cada lote** serão de:

☐ **LOTE I** – Região Metropolitana I - **R\$ 11.197.742,22** (Onze milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos)

☐ **LOTE II** – Região Metropolitana II - **R\$ 6.591.634,76** (Seis milhões, quinhentos e noventa e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos)

☐ **LOTE III** – Região Baixada Litorânea, Noroeste, Norte e Serrana **R\$ 3.334.030,77** (Três milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trinta reais e setenta e sete centavos)

☐ **LOTE IV** – Região Médio Paraíba, Costa Verde e Centro-Sul - **R\$ 2.770.397,04** (Dois milhões, setecentos e setenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quatro centavos)

4.2.1 As empresas licitantes poderão apresentar Propostas de Preços para somente um Lote caso deseje, ou para alguns ou para todos, considerando que a licitação apresenta o julgamento por Lote.(grifo nosso)

Ou seja, para cada qual lote o proponente oferecer proposta pode ser levando em conta o critério suscitado pelo item 6.5.4. do Edital, tal qual seriam:

LOTE I – R\$ 11.197.742,22 (5%) = R\$ 559.887,11 CAPITAL OU PATRIMONIO MINIMO

LOTE II – R\$ 6.591.634,76 (5%) = R\$ 329.581,73 CAPITAL OU PATRIMONIO MINIMO

LOTE III – R\$ 3.334.030,77 (5%) = R\$ 166.701,53 CAPITAL OU PATRIMONIO MINIMO

LOTE IV – R\$ 2.770.397,04 (5%) = R\$ 138.519,85 CAPITAL OU PATRIMONIO MINIMO

Portanto podemos perceber que é completamente desarrazoado e precipitado afastar a RECORRENTE deste certame antes mesmo da abertura das propostas.

Ainda que por zelo e o melhor interesse da administração em garantir contratação com empresa dotada de capacidade econômica-financeira capaz de assegurar a execução do objeto contratual, no máximo poderia declarar a RECORRENTE inabilitada para participar do LOTE I e habilitada para os LOTES II, III e IV, uma vez que possui capital suficiente para atender o requisito.

4 – DA LEGALIDADE

A conduta do agente público responsável deve sempre primar pelos princípios Constitucionais, e regramento Legal pertinente, não podendo prevalecer de forma alguma, decisões em sentido oposto ou não previstos em Lei, Decisões estas que podem acabar frustrando, senão restringindo a competitividade do certame e que são expressamente vedadas pela Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos;

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é um dos princípios Irrelegáveis aos agentes Públicos.

Celso A. Bandeira de Mello afirma que:

"o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis pôr razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento".

Temos conforme decisão do TJ-SP o seguinte:

"Os documentos foram elaborados dentro dos preceitos da lei, normas contábeis e comerciais e comprovam satisfatoriamente a qualificação econômico-financeira. A comissão de licitação e o juiz confundem os conceitos de autenticidade e validade dos documentos. Os documentos apresentados foram encaminhados à Receita Federal e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo"

"Jucesp. O Sped não alterou a forma de elaboração do balanço e das demais demonstrações contábeis. Não admitir as demonstrações financeiras como apresentadas configura excesso de formalismo e contraria o princípio da competitividade."

"Assim, tendo conferido interpretação razoável ao edital e apresentado os documentos comprobatórios de sua qualificação econômico-financeira (fls.132/143), não se vislumbra justo motivo para a inabilitação da agravante, sob pena de frustrar o caráter competitivo que deve nortear a licitação."

(TJ-SP - AI: 20513129320148260000 SP 2051312-93.2014.8.26.0000, Relator: Teresa Ramos Marques, Data de Julgamento: 06/05/2014, 10ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 07/05/2014)

Sobre a matéria, confira-se a lição de Marçal Justen Filho, a saber:

"A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade. Assim, chega-se ao ponto de exigir a apresentação de Livros Comerciais no seu original, sob o fundamento de que a "forma legal para a contabilidade" envolve a escrituração deles. Ora, qual a utilidade para a Administração em verificar os Livros, se o que a ela interessa é o conteúdo do balanço e outras demonstrações contábeis? O princípio da instrumentalidade das formas tem de ser aplicado para conduzir à satisfatoriedade da exibição de original ou cópia autenticada do Livro ou de extrato de balanço, devidamente firmado pelo representante legal da sociedade e do contador. O Dec. nº 6.932/2009 admite, no âmbito federal, que seja apresentada cópia simples, acompanhada do original para autenticação pelo servidor responsável pela condução do certame. Mas somente se poderia cogitar na exibição dos Livros na medida em que alguma dúvida séria se pusesse no tocante à veracidade dos dados constantes da documentação apresentada."

Quando o art. 31, inc.I, refere-se à apresentação na forma da Lei, isso significa que a contabilização não pode ser produzida de acordo com cogitações subjetivas variáveis. Mas não significa que somente possam ser admitidas algumas alternativas específicas, determinadas, imutáveis. Nem teria sentido encaminhas à Administração a contabilidade em si mesma (livros contábeis, etc.). 1 Justen Filho, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos, 15ª ed., Dialética, 2012,

Em anexo segue a escrituração retificadora apresentada no dia 16/05/2021 caso perdure ainda qualquer dúvida.

6 – DO PEDIDO

Lastreada nas razões apresentadas, requer-se o provimento do presente RECURSO, com efeito para que seja considerada a RECORRENTE HABILITADA por cumprimento das normas do Edital e por não assistir razões que justifiquem sua inabilitação.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja este RECURSO, juntamente com dossiê do processo, remetido a AUTORIDADE SUPERIOR, segundo o art. 109, da Lei 8.666/93.

Termos em que pede e aguarda o deferimento,

Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2021.



FLAVIO FARIAS PEREIRA
CPF 074925997-30
RG 10964055-7 SSP/RJ

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL
 Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 29.150.998/0001-92
 Número de Ordem do Livro: 2
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL
NIRE	33600566533
CNPJ	29.150.998/0001-92
Número de Ordem	2
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município	Macaé
Data do arquivamento dos atos constitutivos	27/10/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1243

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem	2
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1243
Data de inicio	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.79.DC.97.B3.25.4E.A8.A5.50.34.A6.BA.8A.6C.D9.6E.67.06.47-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1326676524

NOME
FLAVIO FARIAS PEREIRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0109640557SSPRJ

CPF
074.925.997-30

DATA NASCIMENTO
28/02/1977

FILIAÇÃO
JULIO JORGE PEREIRA

SALY DE FATIMA FARIAS PEREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
00132183031

VALIDADE
28/06/2021

1ª HABILITAÇÃO
18/10/1996

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MACAE, RJ

DATA EMISSÃO
01/07/2016

ASSINATURA DO EMISSOR

56366445660
RJ342319744

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR
1326676524

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 29.150.998/0001-92

Número de Ordem do Livro: 2

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 209.739,91	R\$ 372.668,27
Circulante		R\$ 209.739,91	R\$ 372.668,27
Disponível		R\$ 209.739,91	R\$ 236.217,81
Numerários em caixa		R\$ 209.739,91	R\$ 236.210,19
Banco conta movimento		R\$ 0,00	R\$ 7,62
Clientes		R\$ 0,00	R\$ 2.640,25
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica		R\$ 0,00	R\$ 2.640,25
Adiantamento		R\$ 0,00	R\$ 133.810,21
Adiantamento a fornecedor		R\$ 0,00	R\$ 97.520,00
Adiantamentos Diversos		R\$ 0,00	R\$ 36.290,21
Passivo		R\$ 209.739,91	R\$ 372.668,27
Circulante		R\$ 7.794,70	R\$ 17.383,19
Tributos e Contribuições		R\$ 6.796,70	R\$ 16.338,19
Tributos e Contribuições		R\$ 6.796,70	R\$ 16.338,19
Contas a pagar		R\$ 998,00	R\$ 1.045,00
Outros Contas a Pagar		R\$ 998,00	R\$ 1.045,00
Patrimônio líquido		R\$ 201.945,21	R\$ 355.285,08
Capital Social		R\$ 200.000,00	R\$ 350.000,00
Capital Social		R\$ 200.000,00	R\$ 350.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados ou Resultado		R\$ 1.945,21	R\$ 5.285,08
Lucros / Prejuízos Acumulados		R\$ 1.945,21	R\$ 5.285,08

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.79.DC.97.B3.25.4E.A8.A5.50.34.A6.BA.8A.6C.D9.6E.67.06.47-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 29.150.998/0001-92

Número de Ordem do Livro: 2

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 47.098,00	R\$ 159.025,00
Receita sobre Serviços		R\$ 47.098,00	R\$ 159.025,00
Receita de serviços		R\$ 47.098,00	R\$ 159.025,00
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 40.301,30	R\$ 159.025,00
LUCRO BRUTO		R\$ 40.301,30	R\$ 159.025,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (203.055,61)	R\$ (137.366,27)
(-) Despesas com Serviços de Terceiros		R\$ 0,00	R\$ (120.933,79)
(-) Remuneração por Serviços de Terceiros		R\$ 0,00	R\$ (120.933,79)
(-) Despesas com Localização e Funcionamento		R\$ (203.055,61)	R\$ (16.432,48)
(-) Despesas com Localização e Manutenção		R\$ (27.182,12)	R\$ (15.245,16)
(-) Despesas com Expediente		R\$ (173.341,07)	R\$ (1.099,83)
(-) Despesas com Comunicação		R\$ (2.532,42)	R\$ (87,49)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R\$ 0,00	R\$ (777,37)
(-) Outras Despesas Financeiras		R\$ 0,00	R\$ (777,37)
(-) Despesas Impostos e Contrib - Trans. Financeiras		R\$ 0,00	R\$ (777,37)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R\$ 23.723,19	R\$ 20.881,36
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R\$ 23.723,19	R\$ 20.881,36
RESULTADO LÍQUIDO		R\$ 23.723,19	R\$ 20.881,36
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R\$ 23.723,19	R\$ 20.881,36

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.79.DC.97.B3.25.4E.A8.A5.50.34.A6.BA.8A.6C.D9.6E.67.06.47-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 33600566533	CNPJ 29.150.998/0001-92	
NOME EMPRESARIAL ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIREL		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) E4.79.DC.97.B3.25.4E.A8.A5.50.34.A6.BA.8A.6C.D9.6E.67.06.47	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	29150998000192	ENGECON CONSTRUCOES E SERVICOS DE ENGENHARIA EIRE:29150998000192	389647506843509291 169660646376635615 973561329811	09/11/2020 a 09/11/2021	Sim
Contador	01065292694	FABRICIO NEVES DIBAI:01065292694	658820293459562242 2	20/04/2021 a 20/04/2022	Não
Contador Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	01065292694	FABRICIO NEVES DIBAI:01065292694	658820293459562242 2	20/04/2021 a 20/04/2022	-

NÚMERO DO RECIBO:

E4.79.DC.97.B3.25.4E.A8.A5.50.34.A6.
BA.8A.6C.D9.6E.67.06.47-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/05/2021 às 18:50:20

17.A8.A8.24.58.3F.29.99
13.20.CE.1F.A3.DE.28.A4

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.